

Acelerando na contramão

MIRIAM LEITÃO

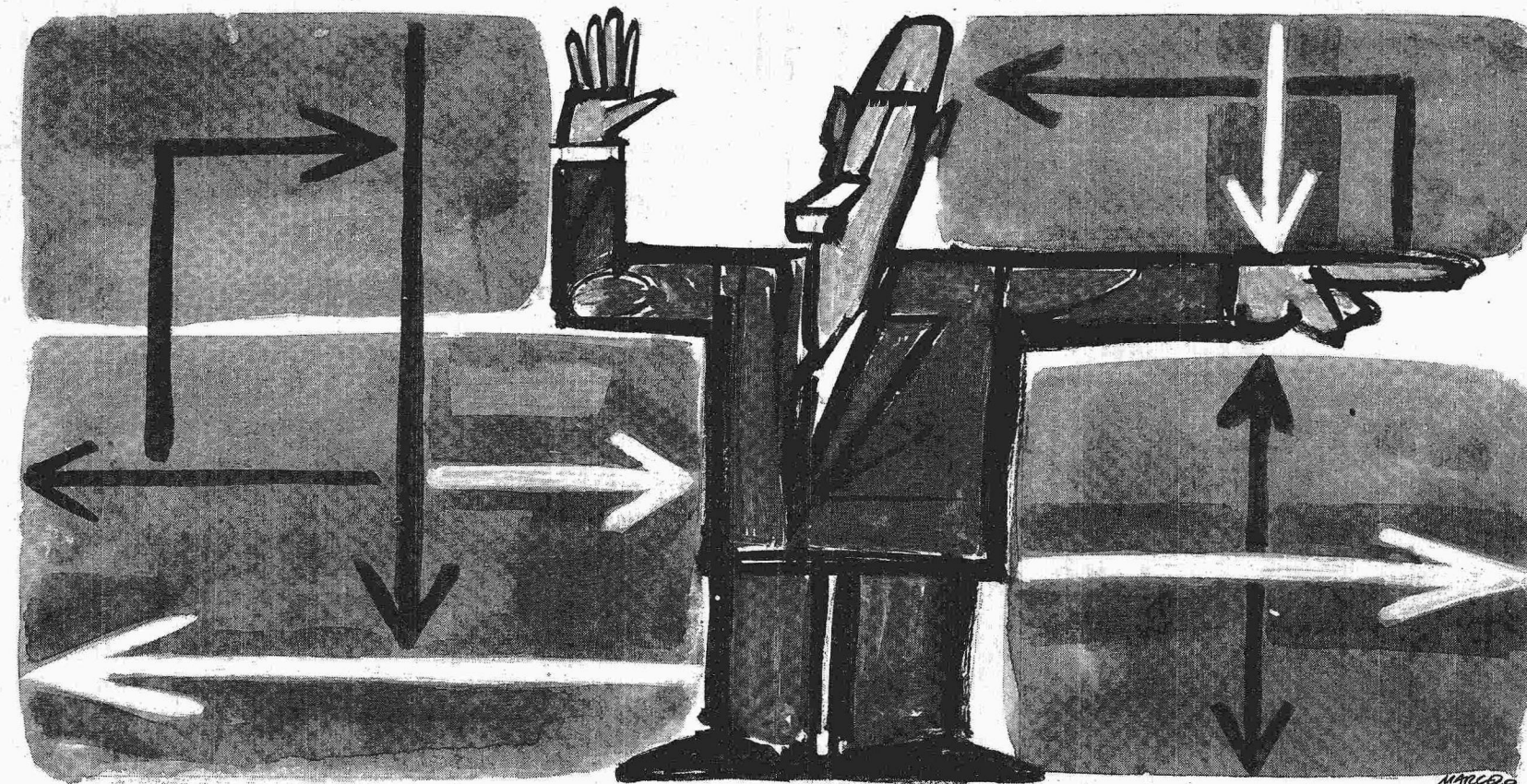
Francisco Lopes tem que dirigir seu próprio carro em Brasília. É herança ainda da falsa austeridade da era Zélia Cardoso de Mello, que limitou o uso de carros por funcionários de segundo escalão. Ele não se incomoda com o trabalho mecânico, exceto pelo fato de que Brasília é, na definição do economista, "contra-intuitiva". As "tesourinhas" obrigam o motorista a virar à direita sempre que quer ir para a esquerda.

O pior da arquitetura de Brasília é que ela contagia. Os governos que se instalam lá, civis ou militares, de transição ou democráticos, caem sempre na tentação de dar sinais controversos. Na época de Jânio Quadros, até os pés do presidente se desentendiam. Logo depois, em 64, os militares, já contaminados, instalaram uma ditadura que durou 25 anos, com o objetivo de salvar a democracia.

Essa dificuldade com a direção é tão ampla, e ainda tão presente na capital, que quinta-feira os demitidos do Governo Collor, decididos a acosar o ministro da Administração em seu gabinete, invadiram o andar errado.

Anos de Brasília e de sinais de trânsito inversos, deixaram no brasileiro a firme convicção de que se a autoridade está dizendo uma coisa, só pode estar pensando o oposto. O senso de direção de quem viveu os últimos anos no Brasil não é apenas intuitivo. Foi aguçado pelo treino. Por isso fracassam todas as tentativas de confundi-lo.

No final do Plano Cruzado, o Governo maquiou números da balança comercial e declarou moratória externa num tom que só havia sido usado anteriormente às margens do Ipiranga. Patriotismo à parte, os brasileiros decidiram comprar dólar a qualquer preço. Perceberam no gesto sinais de uma crise cambial iminente. No Plano Bresser, foi criada a Unidade de Referência de Preços (URP), que ignorava os preços e arrolava os salários. De vingança, foi apelidada de "usurpação". Todas as cinco vezes em que o Governo propôs uma saída negociada para acabar com a inflação, o brasileiro des-



confiou que tinha um plano sendo feito em segredo. Todas as centenas de vezes em que o Governo disse que a inflação estava estabilizada, temeu-se a disparada dos preços.

Quando foi inaugurada a nova banda cambial, os economistas do Governo encontraram jornalistas com os calos desses longos anos de política econômica transformista. Mesmo assim, tentaram provar que, apesar de o real ter perdido valor em relação ao dólar americano, não era exatamente uma desvalorização. A revista "The Economist" traduziu: "O ministro Pedro Malan disse que não é uma desvalorização. Of course it is."

Desde que o México entrou em colapso, o Governo gastou um tempo enorme dizendo que o Brasil não era o México. "Of course not", diria a lógica inglesa. Acabou provando isso também pelo método invertido: com todas as trapalhadas do Banco Cen-

tral e um baita surto especulativo, o Brasil não entrou em crise cambial. Logo, é mesmo diferente.

Foi o excesso de sinalização que tonteou o mercado financeiro na semana da crise. A banda era estreita, mas depois seria larga. O Banco Central defenderia os extremos, mas poderia entrar garantindo o meio. A banda seria fixa até determinada data, mas poderia mudar a qualquer momento. Lembrava um guarda de trânsito louco no meio de um cruzamento. O mercado ignorou o guarda e saiu para o salve-se quem puder.

E a confusão entre meios e metas continuou. Para fortalecer as contas externas do país, o Governo fez uma mudança cambial que diminuiu as reservas. Para reduzir a incerteza causada pela sensação de que o câmbio estava engessado, o Governo aguçou a sensação de desconfiança.

Para garantir a inflação baixa, a taxa primeiro terá que subir. "O país não está apenas 3% diferente", disse, ao fim da semana da desvalorização, o diretor no Brasil de um fundo britânico. "O vaso se quebrou, mesmo que seja consertado, será sempre um vaso marcado."

Exagero. Estragos em planos não são tão irreversíveis quanto em porcelanas, mas certamente condutores de processos de estabilização lidam com material muito frágil. Planos encaram o desafio de alinhar um conjunto de fatores que vai da vigilância nas contas públicas, passando pelo combate à cultura inflacionária e o desmonte da indexação, até o mais importante, a conquista da confiança do povo. E isso que não se pode quebrar.

Talvez o maior mérito do Plano Real tenha sido o de falar da vida como ela é. Está certo que o Fundo

Social de Emergência, não era fundo nem era social e ameaça ser prorrogado, mas no resto tudo foi feito sem subterfúgios. Não havia segredos, sustos, codinomes. Não havia truques. As regras foram sendo anunciadas antecipadamente. A direção confirmada. Isso desarmou o país, acostumado a ter que se defender das novidades.

O erro foi abandonar essa virtude original, baseada na geométrica certeza de que a distância mais curta entre dois pontos é uma reta. O Governo passou a dar voltas. A Fazenda garantiu que a mexida no câmbio não fora feita por causa do México. O Planejamento anunciou que ela fora adiada por causa do México. E tudo indica que foi antecipada por causa do México.

No primeiro megadéficit comercial, o resultado foi em parte estornado para novembro, para evitar o feio número do bilhão de dólares.

Teimoso, o déficit volta ao bilhão. De lá para cá o Governo revisitou um arsenal abandonado no comércio exterior: elevação de tarifas, cotas e restrições contra supérfluos.

Da previsão inicial do plano constava uma redução dramática dos superávits. E já se sabia que isso ocorreria num país que por 12 anos se viciou em saldo comercial favorável. Mesmo assim, quando a balança ficou negativa, o Governo parecia estar diante do inesperado. E verdade que mudara o quadro internacional no qual foi pensado estrategicamente o Plano Real e haverá menos oxigênio externo para o processo de estabilização. Se é assim, o melhor é recuperar a franqueza perdida e avisar que o real terá que mudar, porque o mundo mudou.

Na correção de rumo é preciso ignorar as "tesourinhas" contra-intuitivas de Brasília. Perseguir os produtos "supérfluos", não aponta na direção de uma economia livre e competitiva. É o caminho mais curto para reviver o anexo C da Cacex.

Indicar apadrinhados políticos para cargos-chave nas estatais não é a melhor forma de prepará-las para a privatização, mas de manter o divórcio entre as estatais e os planos do acionista majoritário.

Reduzir a oferta, através de cotas às importações, não é o caminho para atender à demanda crescente, mas a forma de produzir desabastecimento.

A hora é de apertar o passo e não de recuar. Ir mais rápido na direção já escolhida. A crise do México não o levará de volta a Pancho Villa. A da Argentina não faz ninguém pedir a hiperinflação. As diversas crises da democracia brasileira dos últimos dez anos jamais animaram o país a pedir a volta do regime militar. Não existe, ao contrário do que pensa o exportador Pratin de Moraes, "retrocesso necessário". Algumas reformas terão que ser mais amplas, alguns cortes de gastos mais profundos, certas mudanças mais radicais. Mas, se continuar no ritmo das últimas semanas, ensaiando retornos e viradas, o Governo pode continuar avançando na mesma velocidade ou até mais depressa. Na direção errada.

Miriam Leitão é colunista de economia do GLOBO.